

ANICETO DOS REIS GONÇALVES VIANA

José A. Peral Ribeiro

Introdução

Embora Gonçalves Viana tivesse publicado vários trabalhos de lexicologia e etimologia, além de alguns livros escolares e traduções, foi essencialmente no domínio da fonética portuguesa e suas implicações respeitantes à reforma ortográfica que o seu nome se tornou mais conhecido e justamente admirado. As obras mais valiosas que nos deixou são o *Essai de phonétique et phonologie de la langue portugaise – D'après le dialecte actuel de Lisbonne*, Paris, 1883, e a *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa*, Lisboa, e ainda *A Ortografia Nacional*, Lisboa, 1904, que refletem bastante bem as idéias do seu autor sobre tais assuntos. As restantes, ainda que relativamente numerosas, nada acrescentam às qualidades que se encontram nas primeiras, à parte um ou outro pormenor. Como no presente volume se reúnem elementos suficientes relativos à vida, obra e bibliografia deste foneticista, destinam-se as linhas seguintes a chamar a atenção para dois ou três aspectos que se nos afiguram de maior significado.

Não tendo podido freqüentar, com regularidade, qualquer curso relacionado com as matérias que mais o prendiam, havia em Gonçalves Viana, não obstante, um conjunto de aptidões tão raras entre nós para tal espécie de estudos que, mercê de um esforço persistente de autodidata, vieram a revelar-se como altamente proveitosas para a lingüística portuguesa. A ele ficamos a dever a descrição mais completa e minuciosa dos sons da nossa língua; e o conhecimento que possuía de grande número de idiomas, aliado a um ouvido que tudo indica ter sido excepcional, permitiu-lhe descobrir e distinguir de maneira muito precisa matizes fônicos, por vezes inesperados, de que encontramos bastantes exemplos no *Essai* e na *Pron. Norm.* Os seus estudos incidiram de preferência sobre a fonética viva; contudo, as duas notas de fonética histórica aqui incluídas constituem, pelos dados exatos e seguros, se bem que aplicados a um tema bastante restrito, trabalho igualmente meritório e em tudo digno do seu autor. Notemos que os fenômenos aí estudados – à parte um ou outro detalhe com o qual poderemos não concordar – estão caracterizados pelo extremo cuidado das observações feitas; esta uma das qualidades a assinalar, patente tanto nos seus trabalhos mais extensos como nos mais breves. O pequeno manual

Portugais (Leipzig, 1903), livro destinado ao ensino da nossa língua para estrangeiros, é um bom exemplo do que acabamos de dizer.

Particularmente a salientar: referiu-se com pormenor a aspectos fonéticos da nossa língua que antes ninguém reparara e que depois dele não voltaram a ser abordados, nem mesmo para serem corrigidos. Exemplos disso, o estudo sobre a quantidade prosódica; o das consoantes geminadas, etc. Por outro lado, o seu desejo de apresentar determinado fato com toda a nitidez parece-nos às vezes um pouco exagerado (sem chegar a sê-lo). Assim, uma observação referente à harmonia vocálica, fenômeno morfológico característico da língua húngara, serve-lhe para explicar, porventura de maneira mais completa, a metáfora em português. O mesmo sucede com o problema da flexão interna nos verbos da segunda conjugação, de radical *e/o*, “fato único nas línguas românicas pela sua singularidade”, conforme comenta. Claro que nos dois casos há, como sempre, um traço fonético a elucidar.

Um outro aspecto, revelador das suas permanentes exigências científicas no setor favorito da investigação em que foi mestre incontestável: considerava francamente maus, devido à sua falta de rigor, não apenas todos os trabalhos sobre fonética portuguesa publicados no seu tempo por filólogos portugueses – única exceção, aliás perfeitamente justa: a parte “fonológica” da tese de Leite de Vasconcelos, *A Evolução da linguagem*, 1886 (mais tarde incluída em *Opúsculos*, II), de que fez longa e elogiosa crítica na *Revista Lusitana* I, 1887-1889, pp. 74-86 – mas até muitos dos realizados por especialistas estrangeiros, isto apesar das ótimas relações que mantinha com alguns deles. Pelas mesmas razões, tinha em muito pouca conta os nossos gramáticos, antigos e modernos, os quais, na sua opinião, se enganavam muitas vezes totalmente acerca dos sons que pretendiam descrever. É interessante verificar o empenho com que Gonçalves Viana insistia naquilo que entendia ser o uso mais moderno, destinado a perdurar, por oposição ao que considerava obsoleto, devendo por isso ser banido. Assim, se por um lado nos diz (cf. *Portugais*, p. 19) que “la prononciation uvulaire de *rr*; mais non pas de *-r-*, comme *R*, se répand de plus en plus dans les villes. Cependant, on la regarde encore comme vicieuse, le *rr* apical étant toujours préférable au grassement du *R*, qui individuellement est plus profond qu’en français ou en allemand”, logo acrescenta (assim nos dando a conhecer a sua posição quanto ao problema da evolução fonética, sobretudo se aplicada ao caso da língua padrão): “Pois bem, quando um lexicógrafo ou um gramático insiste na errada pronúncia, não de uma ou outra palavra, mas de uma série numerosa delas; [...] o que prova essa teima, esse protesto de erudito, é que já é inevitável essa difusão [...]: para o glotólogo, como para o mitógrafo, o que isso testifica é que o fenômeno glótico se produziu e mantém, é que o fenômeno psíquico continuou a existir”.

O seu interesse por todos os fatos fonéticos leva-o a examinar com toda a atenção não só os matizes do português normal mas ainda os que surgem nas variedades regionais. Talvez valha a pena referir que, para além de curtas observações dialetais incluídas nos respectivos tratados, publicou Gonçalves Viana algumas notas de valor, embora não sistemáticas, sobre esse assunto, entre elas o artigo que intitulou *Materiais para o estudo dos dialectos portugueses* (cf. *Rev. Lus.*, I, pp. 158 e segs.); pelo que podemos dizer que teve muito de dialectólogo, e como tal mencionado por Leite de Vasconcelos na *Dialectologie Portugaise* (cf. 2ª ed., 1970, p. 73, *passim*). Sabemos ainda que tencionava fazer um estudo sobre o mirandês, esse “falar especial” como lhe chama, que infelizmente não chegou a efetuar. Aliás é possível que a tendência acabada de apontar fosse de algum modo encorajada pela leitura dos trabalhos de Schuchardt sobre os dialetos italianos, cujos métodos muito apreciava. Atraído igualmente – o que nada tem de estranho – pelos problemas da pronúncia brasileira, de que encontramos diversos exemplos não só na *Pron. Norm.*, mas ainda na *Ort. Nac.*, tinha em preparação um *Vocabulário ortoépico português e brasileiro* “com a colaboração de um filólogo do Brasil e conforme a pronúncia normal de cada uma das duas nações” (cf. Cláudio Basto, *Rev. Lus.*, XVII, 1914, p. 220); hoje só temos a lamentar que tal trabalho, que seria sem dúvida meritório, nunca tivesse passado da fase de preparação.

Convém lembrar que a fonética, então ramo recente da filologia, tinha por principal missão estabelecer uma classificação, quanto possível completa, dos sons da linguagem, de acordo, com o seu aspecto fisiológico e reduzida preocupação pela descrição dos respectivos órgãos, insistindo porém bastante no lado auditivo do fenómeno fônico. É justamente o que vamos encontrar no *Essai*, obra em que são numerosos os termos acústicos. Só alguns anos mais tarde, tal como acontecera noutros países, é que à fase da fonética acústica veio juntar-se-lhe, acabando por preponderar, a que se baseava no estudo das articulações do aparelho fonador – o que correspondeu a uma mudança profunda nos critérios de análise até aí utilizados e vieram a refletir-se na elaboração da *Pron. Norm.* Basta ver, a esse respeito, entre outras coisas, a bibliografia indicada nessa obra. Por isso pensamos que os escritos que nos deixou, pelas qualidades reveladas, constituem trabalhos de alto nível neste ramo da lingüística e únicos no seu gênero entre nós. Compreende-se assim, muito bem, a excelente impressão que dele tinham foneticistas e lingüistas tão eminentes como H. Sweet, P. Passy, Viëtor, Schuchardt ou J. Cornu; no livro deste último, *Die portugiesische Sprache*, a influência dos trabalhos do foneticista português encontra-se praticamente em cada página.

É certo que a leitura de uma obra desta natureza nem sempre se torna fácil: o método adotado, sobretudo na *Pron. Norm.* – estudo dos sons baseado

na realidade articulatória, exata e exaustiva de uma língua – embora compreensível para os especialistas do seu tempo, parece-nos agora, pelo menos em certos pontos, inadequado; e a terminologia que usa, em grande parte adaptada de outras línguas, tem bastante de incômodo e até de bizarro para o leitor atual. Tudo isso demonstra afinal, da parte do autor, um cuidado constante de rigor e minúcia, apenas uma vez por outra prejudicado por alguma expressão menos clara.

Quanto ao problema ortográfico, a orientação que o guiou, fundamentada no estudo da fonética articulatória, como já dissemos (há um espaço de mais de dez anos entre a publicação da *Pron. Norm.* e a da *Ort. Nac.*), foi simples e precisa: procurou estabelecer um sistema que fosse a representação exata e objetiva da pronúncia padrão, uma vez que para ele os dois aspectos se encontravam naturalmente ligados; preconizava uma ortografia “regularizada em todas as suas minudências”, de acordo com as “simplificações” e correções que o estudo histórico da língua portuguesa aconselha” (cf., p. ex., *Ort. Nac.*, p. 17), sem esquecer o conhecimento metódico dos traços dialetais mais importantes, parte dos quais considerava imprescindíveis (p. ex., a manutenção de *ch/x*). Felizmente para todos nós os esforços empreendidos nesse sentido foram, na sua maioria, coroados de êxito; e a sua ação avulta ainda mais se pensarmos que, se as grafias inglesa e francesa não eram, nem são, modelo de perfeição, antes pelo contrário, tinham, apesar disso, a grande vantagem de se encontrarem unificadas, enquanto a nossa era positivamente anárquica.

Estreitamente ligado com as questões fonéticas e ortográficas figura o problema da língua padrão. Distinguindo cuidadosamente entre a pronúncia da “gente culta” e a do “povo em geral”, descarta Gonçalves Viana todas as variedades do falar afetado, próprio de determinadas classes da população, inclinando-se a considerar como padrão a seguir a pronúncia das pessoas educadas do centro do país, particularmente a de Lisboa (cf. *Ort. Nac.*, p. 148). Em *Portugais*, p. IV, declara: “La prononciation que j’ai voulu représenter est celle des personnes instruites à Lisbonne.” Onde porém o seu pensamento surge perfeitamente claro é no passo seguinte: “A pronúncia da língua portuguesa não é a mesma em todo o continente, antes diverge bastante de umas para outras comarcas, mormente no extremo norte com relação ao extremo sul e nos falares das regiões orientais, comparados com os da beira-mar. Há, todavia, no centro do reino, entre Coimbra e Lisboa, um padrão médio, do qual procuram aproximar-se as pessoas cultas, e que tende a absorver as particularidades dialetais, não só nesse centro, mas também nas cidades e povoações mais relacionadas com ele [...]. Posto que as diferenças de pronúncia, quer nas consoantes, quer principalmente nas vogais, não sejam tamanhas que obstem à mútua inteligência [...], são elas, no entanto, suficientemente consideráveis

para causarem estranheza àqueles que pronunciavam de outra maneira [...]” (cf. *Ort. Nac.*, p. 23). Perante tal testemunho, expresso de forma tão nítida, e que corresponde àquele que se descreve na *Pron. Norm.*, nada haverá a acrescentar. Mas relacionando uma vez mais os dois planos, o da grafia e o da língua padrão, notamos na posição de Gonçalves Viana um desacordo evidente e profundo em relação a outros filólogos do seu tempo, muitos dos quais eram a favor do predomínio mais ou menos acentuado da língua escrita e da chamada ortografia etimológica.

Último ponto a sublinhar: se como foneticista surpreendeu e descreveu com o máximo rigor sutis diferenças fônicas, logo viu que o sistema a adotar, para ser simples, não poderia incluir novas letras nem abundância de diacríticos (embora tivesse tentado algo nesse sentido). Surge aqui, porém, uma notável particularidade. Embora Gonçalves Viana não pudesse, por todas as razões, ter a menor noção de “fonema” no seu sentido atual (pois o termo, ainda não utilizado aquando do aparecimento do *Essai*, mas já empregado na *Pron. Norm.*, significava simplesmente *som da fala*, *som fonético*), a verdade é que, ao fixar as bases ortográficas, foi essa a idéia que ele intuitivamente pôs em prática e de maneira bastante precisa. É evidente que o fato em si mesmo nada tem de extraordinário, porquanto tal conceito surgia já, ainda que de modo mais ou menos vago, no espírito de vários lingüistas do século passado; o que o caso tem para nós de particular e único é vermo-lo aplicado, à parte pequenas falhas, justamente à questão ortográfica, exemplo que julgamos sem paralelo na época. (Podemos admitir como explicação possível que tal idéia tivesse tido origem no uso do alfabeto da Associação Fonética Internacional, em cujo jornal, *Le Maître Phonétique*, Gonçalves Viana escreveu breves notas, habituando-se, desse modo, a transcrever só o que efetivamente se pronunciava. Utilizou esse alfabeto no seu livrinho *Portugais*). Foi o professor Mattoso Câmara quem chamou a atenção para o aspecto por assim dizer fonológico que se observa na sua obra (cf. *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1953), apontando o rigor com que nas chamadas “bases ortográficas”, insertas na *Ort. Nac.*, o seu autor tentou representar apenas aquilo que a experiência lhe indicava como pertinente, deixando quase completamente de parte, por inútil, a transcrição daqueles sons que constituíam, como agora dizemos, simples variantes fonemáticas. (E se não insistiu mais em tal idéia foi por ter de transigir com opiniões diferentes por parte de alguns dos membros da Comissão da Reforma Ortográfica). Assim, nada fez para distinguir, por exemplo, o *a*, um tanto velarizado, de *mau*, *mal*, do de *casa*, *mar*, etc.; nem o *l* final de sílaba, diferente do que aparece em *lado*; nem as variedades de *a*, *e*, *o* em sílaba átona, com timbres distintos dos que têm em sílaba tônica; nem a distinção entre *b*, *d*, *g*, perfeitamente ou imperfeitamente oclusivo; nem a vibrante múltipla apical /

\bar{r} /, diversa da vibrante múltipla uvular / \bar{r} /; nem o / \bar{s} / palatal em fim de sílaba, distinto do / \bar{s} / alveolar na mesma posição; e assim por diante. Sentia implicitamente que tais diferenças não requeriam qualquer indicação especial, visto serem simples variantes. Por outro lado, e como era de esperar, insistiu na diferença, que marcou, entre *o* e *e*, aberto e fechado, em sílaba tônica (*avô/avó, pôde/pode, sê/sé*, e ainda o caso particular de *cantamos/cantámos*), etc., visto haver aí oposição fonológica.

Digamos, a concluir, que, pelas suas qualidades de exatidão e minúcia, aliás indispensáveis nesta espécie de estudos e que ele possuía em tão alto grau, foi Gonçalves Viana a figura máxima em tal domínio entre nós, em tudo comparável à dos grandes foneticistas do seu tempo noutros países. Eis, portanto, alguns dos motivos que nos parecem de interesse nesta obra: difícil de ler em muitos pontos, antiquada em muito da sua contextura, conserva, apesar de tudo isso, muito de válido num campo de investigação em que tanta coisa há ainda a fazer.

José A. Peral Ribeiro